



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
CAMPUS ANANINDEUA
FACULDADE DE GEOGRAFIA

**PROPOSTA DE TURISMO SUSTENTÁVEL NO ARQUIPÉLAGO DE
MOSQUEIRO, PARÁ**

RAIMUNDO REGINALDO DA SILVA MARTINS

BELEM, PA

2025

RAIMUNDO REGINALDO DA SILVA MARTINS

**PROPOSTA DE TURISMO SUSTENTÁVEL NO ARQUIPÉLAGO DE
MOSQUEIRO, PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Universidade Federal do Pará – UFPA Campus Ananindeua, como parte dos requisitos necessários para obtenção de Grau em Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Elisana Batista dos Santos.
Co-orientadora: Profa. Dra. Wanja Janayna de Miranda Lameira

BELÉM, PA
2025

RAIMUNDO REGINALDO DA SILVA MARTINS

**PROPOSTA DE TURISMO SUSTENTÁVEL NO ARQUIPÉLAGO DE
MOSQUEIRO, PARÁ**

Data da defesa: ___/___/___

Nota ou Conceito:

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Universidade Federal do Pará – UFPA Campus Ananindeua, como parte dos requisitos necessários para obtenção de Grau em licenciatura em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Elisana batista dos santos.

Coorientadora: Profa. Dra. Wanja janayna de Miranda Lameira

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elisana Batista dos Santos
Universidade Federal do Pará – Ananindeua, PA
ORIENTADORA

Profa. Dra. Wanja Janayna de Miranda Lameira
Secretaria Estadual de Educação do Pará – Belém, PA
CO-ORIENTADORA

Profª Dra. Luciana Martins Freire.
Universidade Federal do Pará – Ananindeua, PA
EXAMINADORA

Prof. Me. Joselito Santiago de Lima
Instituto Federal do Pará – Bragança PA
EXAMINADOR

BELÉM, PA
2025

Ilha de Mosqueiro

*Quero exaltar uma ilha que é orgulho de Belém
Belezas e maravilhas que com certeza em outras
ilhas não tem
Terra, que por ela tenho amor
Há muitas praias que a natureza criou*

*Quem passa por ela sabe que eu estou falando a
verdade
E quando se ausenta de lá, sente saudades. É
grande, é rica, é bonita. Seu povo é bom e ordeiro
oh, minha querida Ilha de Mosqueiro*

Idaley Pamplona

A minha amada e saudosa avó, Maria Pena da Silva (*in memoriam*), Claudia Martins,
esposa amada, ao meu filho Elton Martins e neto Enzo Martins pelo amor, apoio e
valores dedicados à nossa família!

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida, força e esperança necessárias para viver os dias nesta ilha.

À Universidade Federal do Pará, Campus Ananindeua - Faculdade de Geografia por todo o fomento, recursos humanos necessários para a realização deste estudo.

À Professora Dra. Elisana Batista dos Santos, orientadora que aceitou o desafio de construirmos juntos este documento.

A todos os professores do curso de Geografia, em especial, a Profa. Dra. Wanja Lameira (SEDUC PA) e a Especialista Marcela Rivelli Barros pelo apoio técnico, e ao estimado amigo e ilustre prof. Claudionor Wanzeller (Escritor) pelas trocas de experiências, auxílios na construção deste documento... e amizade fraterna!

À Escola Honorato Filgueiras da Ilha de Mosqueiro, PA por seu protagonismo e dedicação de seus professores e funcionários, em particular, à diretora Arneide Carvalho e aos professores Wanja Lameira (Geografia) e Keiller Barros (História) por oportunizar experiências aos seus discentes sobre: geoturismo, etnocultura e sustentabilidade na ilha de Mosqueiro, PA.

Aos órgãos, instituições e pessoas que colaboraram nas diferentes etapas deste trabalho, pela atenção e informações disponibilizadas.

A meus familiares, com destaque para minha irmã Ana Barbosa e a minha nora Dayanne Martins pela confiança e apoio nessa caminhada.

Aos inestimáveis amigos de faculdade Gerlane, Igleyde, Milena, Pablo e Suzane pela força, confiança e compreensão durante esta jornada acadêmica.

A todos os colegas de curso e àqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

MUITO OBRIGADO!

RESUMO

MARTINS, R. R. S. **Proposta de turismo sustentável no arquipélago de Mosqueiro, Pará**. 2025, 47 p. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Universidade Federal do Pará – Campus Ananindeua. Faculdade de Geografia.

O geoturismo é um segmento do turismo voltado à visitação de áreas naturais e de relevância histórica, promovendo conhecimento, contemplação, pesquisa e conservação do patrimônio natural e cultural. Pode integrar-se a outras modalidades, como o ecoturismo, o turismo rural, o turismo de aventura e o turismo de base comunitária. Este estudo tem como objetivo propor um roteiro geoturístico nas ilhotas fluviais do arquipélago de Mosqueiro, em Belém (PA), destacando paisagens singulares, ainda pouco conhecidas, mas ameaçadas por ocupações irregulares e focos de incêndio que comprometem sua integridade. A pesquisa adota como referencial teórico o geoturismo na perspectiva geográfica, valorizando a dinâmica geomorfológica dos rios, as paisagens exuberantes e o modo de vida ribeirinho como expressões do patrimônio histórico, cultural e etnocultural local. Espera-se que a iniciativa contribua, em âmbito científico e educacional, para a sistematização de um protocolo de implantação do geoturismo em Mosqueiro, subsidiando diagnósticos ambientais, o turismo de base comunitária e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional da Amazônia paraense. O estudo enfatiza a importância de integrar o geoturismo a outras modalidades turísticas, de modo a fortalecer a conservação do patrimônio natural e cultural, gerar conhecimento científico e oferecer alternativas de desenvolvimento sustentável para as comunidades locais, destacando os desafios impostos por pressões ambientais e ocupações irregulares.

Palavras chave: Geografia; Geoturismo; Ilhotas fluviais; Amazônia paraense; Política pública.

ABSTRACT

MARTINS, R. R. S. **proposal for sustainable tourism in the mosqueiro archipelago, Pará**. 2025, 47 p. Final Graduation Project. Federal University of Pará – Ananindeua Campus. Faculty of Geography.

Geotourism is a segment of tourism focused on visiting natural areas of historical significance, promoting knowledge, contemplation, research, and the conservation of natural and cultural heritage. It can be integrated with other modalities such as ecotourism, rural tourism, adventure tourism, and community-based tourism. This study aims to propose a geotouristic itinerary across the river islets of the Mosqueiro Archipelago, in Belém (Pará State, Brazil), highlighting unique landscapes that remain little known yet are threatened by irregular land occupation and fire outbreaks that compromise their integrity. The research adopts geotourism from a geographical perspective as its theoretical framework, emphasizing the geomorphological dynamics of rivers, the exuberant landscapes, and the riverine way of life as expressions of local historical, cultural, and ethnocultural heritage. It is expected that this initiative will contribute, in both scientific and educational domains, to the systematization of a protocol for implementing geotourism in Mosqueiro, supporting environmental assessments, community-based tourism, and public policies aimed at the regional development of the Amazon in Pará. The study underscores the importance of integrating geotourism with other tourism modalities in order to strengthen the conservation of natural and cultural heritage, foster scientific knowledge, and provide sustainable development alternatives for local communities, while also addressing the challenges posed by environmental pressures and irregular settlements..

Key words: Geography. Geotourism. River islets. Pará Amazon region. Public policy.

SUMÁRIO

	Páginas
RESUMO	i
ABSTRACT	ii
1. INTRODUÇÃO	11
2. METODOLOGIA	15
2.1. Fundamentação teórica.....	15
2.2. Área de estudo.....	16
2.3. Procedimentos.....	20
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	23
3.1. Resultados.	23
3.2. Discussões.	38
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
5. REFERÊNCIAS	43

LISTA DE FIGURAS

	Páginas
Figura 1. Fluxograma da metodologia.....	14
Figura 2. Localização da ilha de Mosqueiro em relação ao Estado do Pará, Brasil.....	17
Figura 3. Distrito administrativo de Mosqueiro - ADMOS.....	19
Figura 4. Referências espaciais na ilha de Mosqueiro, Pará, Brasil.	23
Figura 5. Roteiro: “Cinturão” de ilhotas do Furo das Marinhas.	26
Figura 6. Foz do rio Mari-Mari, na Baía de Santo Antônio, Pará.....	29

LISTA DE TABELA

	Páginas
Tabela 1. Identificação das ilhas do arquipélago de Mosqueiro	24
Tabela 2. Atividades tradicionais e usos dos recursos naturais na comunidade de Cantuária - Ilha de Mosqueiro, PA.....	32

LISTA DE FOTOGRAFIAS

	Páginas
Foto 1. Praia do Marahu – Ilhota das Guaribas.	21
Foto 2. Baía do Sol.	21
Foto 3. Ilhota do Navio.	22
Foto 4. Restaurante do Deuzo.	22
Foto 5. Palafitas à margem do rio Pratiqara.	25
Foto 6. Porto de pesca da comunidade Cantuária.	25
Foto 7. Trapiche de Mosqueiro em 1908.	27
Foto 8. Trapiche de Mosqueiro em 1945.	27
Foto 9. Trapiche de Mosqueiro em 1949.	28
Foto 10. Trapiche de Mosqueiro em 1966.	28
Foto 11. Terminal hidroviário de Mosqueiro, Pará.	28
Foto 12. Pneu de calhambeque - Bitar.	30
Foto 13. Pneu com a marca do Pará.	30
Foto 14. Secagem da fibra de jupati.	32
Foto 15. Ferramentas de pesca - Matapis.	32
Foto 16. Ilha de são Pedro: Casa grande.	34
Foto 17. Ilha de são Pedro: Capela de S. Pedro.	34
Foto 18. Ponte Sebastião Rabelo de Oliveira.	37
Foto 19. Ilha do Camarão.	37
Foto 20. Ilhotas da Bacabeira.	37
Foto 21. Ilhota Canary (Esquerda).	37
Foto 22. Resort D' Lira.	38

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que, durante a Idade Média, as Cruzadas e as peregrinações a locais sagrados foram importantes impulsionadores do turismo, uma vez que geraram a necessidade de criar estruturas de hospedagem e alimentação para os viajantes daquela época. Contudo, o turismo, enquanto atividade econômica e cultural estruturada, teve sua origem apenas no final do século XIX, na Europa (OMT, 2014).

No Brasil, uma das primeiras tentativas de organizar o turismo como um “empreendimento econômico” ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, com a criação da Sociedade Brasileira de Turismo (SBT), em 1923. Esta foi renomeada, em 1926, como *Touring Club* do Brasil (BRASIL, 2011), e desempenhou papel importante no florescimento das primeiras organizações, empresas e associações dedicadas exclusivamente ao desenvolvimento da atividade turística no país.

Tratava-se de uma associação privada, composta por empresários de diferentes setores e outras personalidades interessadas no fomento ao turismo no Brasil. Nesse contexto, surgiu também a *Revista Brasileira de Turismo*, com o propósito de divulgar e promover as atividades turísticas no território nacional, apresentando destinos potenciais, bem como serviços de suporte ao turista, como hotéis, estradas, ferrovias, roteiros programados e mapas de localização (MARANHÃO, 2017).

Essa fase inicial do turismo no Brasil não se configurava ainda como uma política pública estatal. O primeiro marco legal da atividade só viria com o Decreto-Lei nº 406, de 1938, que estabelecia normas para a entrada de estrangeiros no país. Foi apenas na década de 1980, diante da grave crise econômica que marcou a chamada “década perdida” — caracterizada pela estagnação do PIB — que o turismo passou a ser reconhecido como alternativa viável para a geração de emprego e renda, ganhando atenção do Estado (CERQUEIRA et al., 2008, p. 2).

Ao longo do século XX, com o avanço dos meios de transporte e comunicação, o turismo se consolidou como uma importante atividade do setor terciário da economia brasileira. Nesse processo, destacou-se a crescente valorização da diversidade étnico-cultural e da sustentabilidade ambiental, aliadas à expansão da oferta de destinos turísticos diversificados (GUERRA & JORGE, 2014; SAMPAIO, 2001).

É nesse contexto que surge o segmento do geoturismo, inicialmente no Reino Unido, com foco na conservação da biodiversidade integrada à contemplação, educação e pesquisa (NASCIMENTO et al., 2015; FARSANI et al., 2012). Embora ainda existam divergências quanto à sua definição — sendo, por alguns, vinculado à Geografia, com ênfase em aspectos interdisciplinares (SANTOS, 1996.), (, e, por outros, associado à Geologia, com foco mais restrito no componente abiótico da natureza — (BENTO et al., 2020; GRAY, 2013), neste estudo adota-se a perspectiva geográfica do geoturismo.

Assim, o geoturismo é compreendido aqui não apenas como uma valorização dos elementos geológicos, mas também como uma forma de reconhecer os fundamentos espaciais — representados pela diversidade de paisagens naturais e culturais — e o modo de vida ribeirinho, com sua ancestralidade, ferramentas de trabalho tradicionais e gastronomia local.

O problema da pesquisa

A discussão sobre o geoturismo configura-se como uma inovação no campo do turismo ao integrar a contemplação das paisagens naturais com ações voltadas à educação, à pesquisa científica e à conservação da biodiversidade no turismo sustentável. Trata-se de uma abordagem que promove a conscientização ambiental e contribui para práticas sustentáveis. Desenvolver estudos nessa área, com foco na região amazônica, pode oferecer subsídios importantes para a construção de uma economia circular sustentável, ao mesmo tempo em que favorece a inclusão das populações ribeirinhas como protagonistas e beneficiárias diretas dessa modalidade turística.

Nesse contexto, o arquipélago de Mosqueiro, tradicionalmente associado ao turismo de sol e praia, revela também uma região insular com grande potencial geoturístico, ainda pouco conhecida e explorada. Assim, esta pesquisa propõe-se a refletir sobre os seguintes questionamentos centrais:

- A região insular de Mosqueiro (PA) possui potencial para gerar renda por meio da atividade geoturística?
- Quais são os principais entraves à implantação de propostas turísticas sustentáveis na região, considerando aspectos de infraestrutura e de políticas públicas?

Objetivos:

Propor um roteiro geoturístico voltado às ilhotas fluviais do arquipélago de Mosqueiro, em Belém (PA), valorizando a dinâmica geomorfológica que atua na modelagem do relevo fluvial, as paisagens exuberantes e o modo de vida ribeirinho como expressões do patrimônio histórico, cultural e etnocultural das populações locais.

Como específicos, destacam-se:

- Identificar as ilhas que apresentam potencial turístico;
- Sistematizar uma proposta de roteiro turístico sustentável na região insular de Mosqueiro;
- Propor um protocolo de sistematização do geoturismo na ilha de Mosqueiro.

Estrutura do Documento:

Este trabalho está organizado em quatro seções principais. A primeira apresenta uma contextualização do desenvolvimento do turismo no cenário mundial e no Brasil, ressaltando sua relevância econômica e cultural, além de expor a problemática da pesquisa e seus objetivos. A segunda descreve a metodologia adotada, contemplando a caracterização da área de estudo, os procedimentos de campo e as técnicas de tratamento e análise dos dados. A terceira apresenta os principais resultados obtidos, acompanhados da respectiva análise e discussão. Por fim, a quarta seção reúne as considerações finais, destacando os alcances da pesquisa, suas limitações e uma proposta de protocolo para a sistematização do geoturismo à região insular do arquipélago de Mosqueiro, Pará.

2 METODOLOGIA

Esta etapa da pesquisa compreende o conjunto de princípios, procedimentos e caminhos adotados na construção da “**Proposta de turismo sustentável no arquipélago de Mosqueiro, Pará**” do conhecimento científico. É por meio desta que organizamos os fundamentos teóricos, selecionamos os instrumentos de análise e definimos as etapas de investigação, assegurando rigor e coerência ao processo. Nesse contexto, compreender as formas de raciocínio que orientam a elaboração do conhecimento — especialmente o raciocínio analítico e o raciocínio de síntese — é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa em questão.

O raciocínio analítico é muito utilizado em metodologias dedutivas e quantitativas, nas quais a observação detalhada e a comparação lógica conduzem à explicação dos fatos. Busca examinar cada elemento separadamente, identificando suas propriedades, relações e funções. Por outro lado, o raciocínio de síntese estabelece as conexões, relações ou seja, usa uma abordagem qualitativa e interpretativa para compreender a totalidade em sua complexidade e interdependência. Busca integrar as informações obtidas pela análise, articulando-as em uma visão global.

Assim, enquanto a primeira fornece a clareza e a especificidade necessárias à compreensão das partes, a segunda assegura a unidade e o sentido do conjunto. A combinação equilibrada desses dois modos de raciocínio constitui o alicerce da metodologia deste trabalho, capaz de produzir conhecimento crítico, integrado e significativo.

2.1. Raciocínio analítico:

As variáveis utilizadas nesta etapa da pesquisa foram: fundamentação teórica, a compreensão das particularidades da área de estudo e os procedimentos técnicos operacionais.

Fundamentação teórica

A presente pesquisa ancora-se nos fundamentos teóricos da Geografia Humanista e da Geografia Cultural, que compreendem o espaço não apenas como uma dimensão física, mas como uma construção social e simbólica, resultado das relações entre o homem

e o meio. Nessa perspectiva, o Geoturismo é entendido como uma prática que permite reinterpretar o território por meio da vivência, da leitura crítica da paisagem e do reconhecimento dos processos históricos e culturais que moldam os lugares.

Para Carvalho e Rodrigues (2017), o Geoturismo constitui uma vertente do turismo sustentável que valoriza o patrimônio natural e cultural, promovendo a educação ambiental e geográfica dos visitantes. Mais do que um deslocamento físico, essa prática envolve uma experiência cognitiva e afetiva com o território, estimulando a reflexão sobre a dinâmica socioespacial e o papel das comunidades locais na preservação dos ecossistemas.

O conceito de território ocupa posição central neste estudo, sendo compreendido conforme Raffestin (1993) e Haesbaert (2004) como o espaço apropriado e vivido, produzido pelas relações de poder e de pertencimento. Em consonância, Milton Santos (2002) reforça que o território deve ser analisado em sua dimensão material e imaterial, ou seja, como um conjunto de objetos e ações em constante interação. Essa visão amplia a compreensão do espaço geográfico como um campo de forças, onde se expressam as contradições do desenvolvimento e as estratégias de resistência das populações locais.

No contexto amazônico, autores como Bertha Becker (2005) destacam que a região não pode ser reduzida a um espaço de exploração de recursos naturais, mas deve ser compreendida como um território de diversidade sociocultural e ecológica, onde convivem distintas racionalidades: a do capital e a das populações tradicionais. A valorização dessas racionalidades locais é essencial para se pensar formas alternativas de desenvolvimento, baseadas na sustentabilidade e na valorização dos saberes ancestrais. De modo complementar, Oliveira (1999) e Corrêa (1995) contribuem para a compreensão da organização territorial e das dinâmicas regionais, ressaltando que as práticas econômicas e políticas hegemônicas tendem a reproduzir desigualdades espaciais.

No caso do arquipélago de Mosqueiro, a combinação entre “isolamento físico”, vulnerabilidade socioeconômica e dependência de recursos naturais exemplifica essas contradições, tornando evidente a necessidade de estratégias de turismo sustentável que articulem inclusão social, conservação ambiental e fortalecimento cultural.

As ilhas, enquanto territórios circundados por água, apresentam especificidades ambientais e socioculturais que influenciam diretamente suas dinâmicas de ocupação e uso dos recursos (ESPÍNDOLA & CRAVIDÃO, 2014). Essa condição insular favorece tanto a preservação de práticas tradicionais quanto a manutenção de vulnerabilidades decorrentes da limitação de acesso a políticas públicas e oportunidades econômicas.

Nesse sentido, o turismo sustentável deve buscar o equilíbrio entre as dimensões ecológica, cultural e econômica, respeitando as particularidades de cada território (BENI, 2006). O Geoturismo em Mosqueiro insere-se nessa perspectiva, constituindo-se como uma estratégia educativa e integradora, que promove a leitura crítica do espaço, o reconhecimento das identidades locais e o fortalecimento da economia de base comunitária.

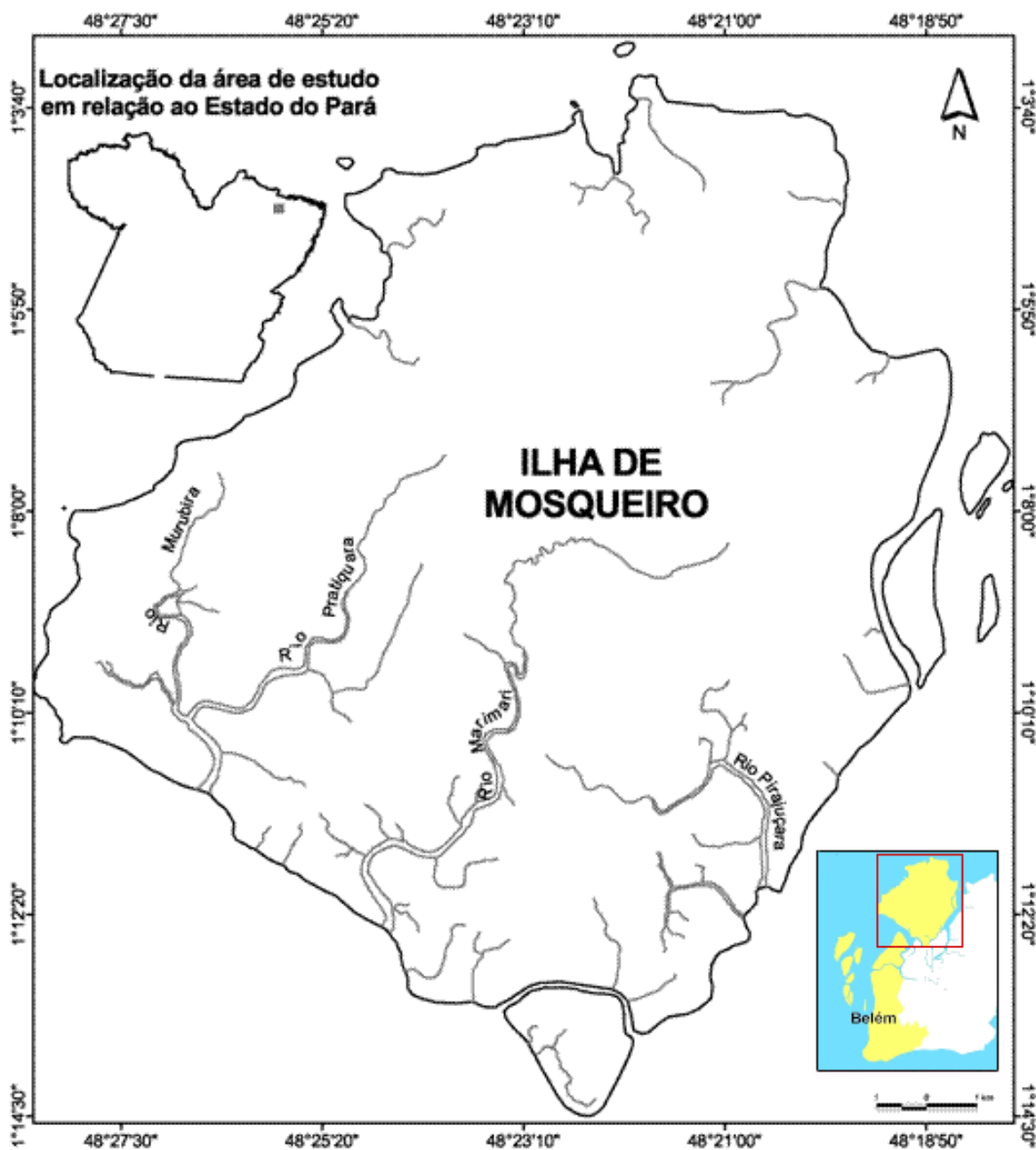
Assim, compreender o Geoturismo sob a ótica geográfica implica reconhecer a interdependência entre análise e síntese: a análise que fragmenta e explica os elementos do espaço, e a síntese que os integra numa totalidade significativa. Essa dialética metodológica permite construir um olhar sensível e crítico sobre o território, orientado não apenas pela contemplação, mas pela participação, consciência e transformação social.

Área de estudo: O arquipélago de Mosqueiro, Pará.

O arquipélago de Mosqueiro ocupa uma área aproximada de 213 km² e altitude média de 15m acima do nível do mar, sendo o maior arquipélago do município de Belém, capital do Estado do Pará (IBGE, 2021).

Está localizada entre as coordenadas 01° 04' 11'' a 01° 13' 42'' S. e 48° 19' 20'' a 48° 29' 14'' W. Gr. (Figura 2). Regionalmente está inserida na microrregião guajarina em um típico ambiente estuarino com influências do oceano Atlântico. Segundo Menezes, et. al, (2010) a ilha é banhada pelo rio Pará, formando ao seu redor, as baías de Santo Antônio, do Marajó e do Sol. Em seu interior, tem destaque os rios Murubira, Pratiçara, Mari-Mari e Pirajuçara, os quais seguem o regime de marés (fortemente influenciado pelo sistema gravitacional da lua e do sol em relação à posição da Terra).

Figura 2. Localização da ilha de Mosqueiro em relação ao estado do Pará, Brasil.



Fonte: Adaptado de Menezes et al. (2009).

A paisagem da região apresenta características típicas das zonas equatoriais, com clima tropical quente e úmido, registrando um dos maiores índices pluviométricos do país, que pode atingir cerca de 3.300 mm anuais (EMBRAPA, 2009). A temperatura média varia entre 24 °C e 28 °C, podendo apresentar mínimas abaixo de 22 °C e máximas superiores a 30 °C. Os solos predominantes são de baixa à média fertilidade e com elevado teor de ferro (SILVA, 1975). A cobertura vegetal original corresponde ao

domínio da Floresta Ombrófila Densa, cuja diversidade florística reflete a exuberância da floresta amazônica. (PRANCE, 1993).

Em visita *in loco* é possível observar a predominância de vegetação secundária (capoeira) e fragmentos florestais resultantes da derrubada da mata e dos incêndios florestais para fins agropecuários, expansão urbana e ocupações irregulares.

Didaticamente é possível dividir esse complexo sistema natural da ilha de Mosqueiro em três áreas distintas (Menezes et al., (2010):

1) **A região litorânea**, composta por uma faixa de aproximadamente 18 km de extensão, onde se localizam as praias e uma ocupação urbana consolidada, marcada pela presença de casarões históricos do período colonial, configurando-se como área com alto potencial para o turismo histórico-cultural;

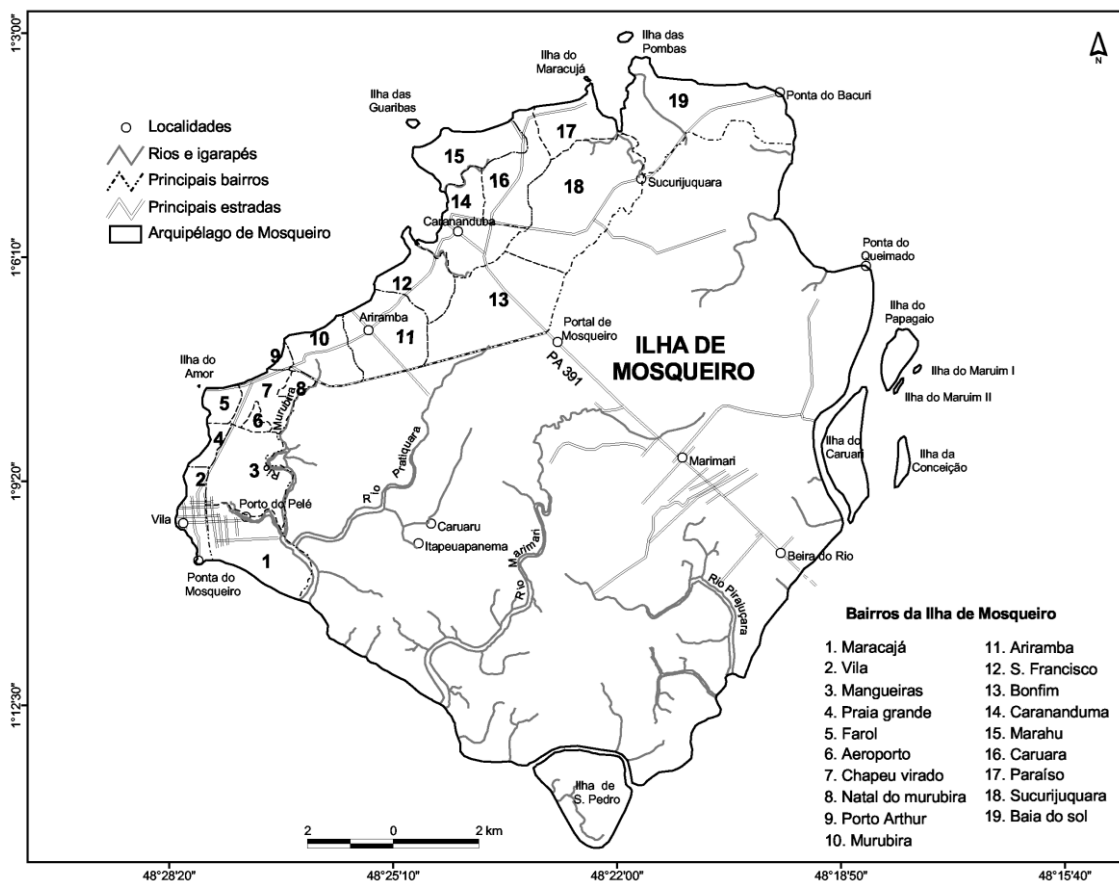
2) **A região de terra firme**, caracterizada por áreas mais elevadas e distantes dos corpos hídricos, que não sofrem influência direta de alagamentos sazonais. Essa área vem sendo ocupada progressivamente pela expansão urbana, resultando na redução contínua da cobertura vegetal nativa;

3) **A região das terras baixas**, composta por rios, igarapés, áreas de várzea, matas ciliares, além de igapós e pequenas ilhas adjacentes, onde se concentram comunidades ribeirinhas. Trata-se de um ecossistema altamente sensível, cuja dinâmica ambiental é diretamente influenciada pelo regime hidrológico dos rios e canais. Apesar de serem as áreas mais preservadas da ilha, também vêm sofrendo crescente pressão da expansão urbana.

A Ilha de Mosqueiro é conectada ao continente nas proximidades do Furo das Marinhas (ou rio Tauarié) por meio da ponte Sebastião Rabelo de Oliveira, inaugurada em 1976. Tal construção viária foi um marco que intensificou o fluxo de pessoas para a ilha, impulsionando novos processos de apropriação do espaço. Entre esses processos, destacam-se a expansão urbana, o parcelamento e a comercialização de terrenos, bem como a edificação de residências. Tais dinâmicas contribuíram para a intensificação da ocupação do solo e para a consolidação da propriedade privada nos moldes das sociedades capitalistas contemporâneas.

Até a década de 1990, Mosqueiro contava com dezesseis bairros, que concentravam a maior parte da população (Plano Diretor de Belém - Lei nº 7.603/1993). Hoje, possui oficialmente dezenove bairros (Figura 3), além de ocupações espontâneas, algumas voltadas para a agricultura familiar e outras associadas à especulação imobiliária, principalmente às margens da rodovia PA-391.

Figura 3. Distrito administrativo de Mosqueiro - ADMOS.



Fonte: Menezes et al., (2010, p. 27).

Tal crescimento populacional pode ser constatado a partir da série histórica do IBGE, que em 2000 contava com um montante de aproximadamente 28.000 habitantes e em 2010 saltou para 50.000 habitantes. De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE (2022), a população residente de Belém é de 1.393.399 habitantes. No distrito de Mosqueiro, embora o IBGE não traga dados desagregados, estimativas locais apontam cerca de 55.000 moradores fixos, número que pode chegar a aproximadamente 400.000 pessoas durante os períodos de alta temporada

Juridicamente, Mosqueiro não abrange apenas a ilha principal, mas também dez ilhotas adjacentes: Amor, Guaribas, Maracujá, Pombas, Papagaio, Maruim I, Maruim II, Conceição, Canuari e São Pedro - todas pertencentes ao município de Belém. Além de alguns bancos de pedras e areias que, devido a escala, nem aparecem nos mapas oficiais. Das comunidade ribeirinhas existentes, destacam-se: Caruaru, Itapeuapanema, Castanhalzinho do Mari-Mari, Cantuária (ou Tabatinga) e Furo das Marinhas localizadas na porção insular do arquipélago. Além das comunidades agrícolas Pneu Azul e Santa Maria das Barreiras (Bacabeira).

Do ponto de vista econômico, as principais atividades são o comércio (formal e informal), especialmente voltado ao turismo, a pesca artesanal, a agricultura de subsistência, a construção civil, o artesanato e o trabalho doméstico (caseiros e diaristas). Além disso, há atuação de órgãos públicos que geram empregos formais, tanto efetivos quanto temporários (IBGE, 2021).

Dentre as atividades turísticas desenvolvidas na Ilha de Mosqueiro, observa-se a intensa visitação às praias de água doce com formação de ondas — um fenômeno natural raro na região amazônica. Em Mosqueiro, mesmo sendo uma região de águas doces, formam-se ondas devido ao avanço das marés do oceano Atlântico pelos rios e canais. As marés, causadas pela atração gravitacional da Lua e do Sol, fazem a água subir e recuar, gerando o movimento que origina essas ondas. Esses espaços litorâneos exercem forte atratividade, sobretudo durante os períodos de alta temporada, como os meses de fevereiro e julho, quando o clima quente favorece o fluxo de turistas. As mais frequentadas incluem o Farol, Chapéu Virado, Murubira, Ariramba, Marahu, Paraíso e a extensa faixa de areia da Baía do Sol, configurando-se como importantes polos de lazer e recreação na ilha (Menezes et al., 2010).

2.3. Procedimentos:

Garimpagem de dados:

A etapa de garimpagem de dados, trata-se da busca, seleção e sistematização de informações relevantes acerca dos aspectos naturais, históricos, etnoculturais e socioeconômicos da área de estudo. Essa fase metodológica teve como finalidade compreender a complexidade territorial do arquipélago de Mosqueiro, situado no estado

do Pará, a partir de diferentes dimensões que expressam sua identidade e potencial geoturístico observados nas obras de Menezes et al. (2010), Brandão (2014) e Meira Filho (1978).

Os dados levantados foram organizados em uma tabela para fazer uma análise comparativa dos principais pontos turísticos e elementos de interesse geográfico e cultural da região. Essa sistematização permitiu identificar padrões, singularidades e relações entre os atributos naturais e socioculturais, revelando o entrelaçamento entre o ambiente físico e as práticas humanas locais.

Definiu-se os critérios interpretativos — como relevância paisagística, valor histórico, representatividade cultural e acessibilidade —, os quais subsidiaram a elaboração do roteiro geoturístico proposto para o arquipélago. Tal processo buscou integrar conhecimento científico e saberes locais, de modo a construir uma proposta de turismo sustentável que reconheça a diversidade territorial e promova a valorização das comunidades tradicionais.

Desse modo, a garimpagem de dados não se limitou a um exercício de coleta empírica, mas constituiu-se em uma etapa analítica e reflexiva, na qual o território foi compreendido em sua totalidade dinâmica — como espaço de interações entre natureza, cultura e sociedade. Essa abordagem reforça a importância do raciocínio analítico e sintético no tratamento da informação geográfica, permitindo transformar dados isolados em conhecimento interpretativo e aplicável à gestão territorial e turística

Análise de dados espaciais (Cartográficos):

A etapa de análise de dados espaciais consistiu na elaboração de mapas temáticos e de representação do roteiro geoturístico do arquipélago de Mosqueiro, no estado do Pará. Para isso, foram utilizados softwares de Sistema de Informação Geográfica (SIG) de código aberto, com destaque para o QGIS, que possibilitou o processamento, a organização e a visualização integrada dos dados geográficos coletados em campo e em fontes secundárias.

Os produtos cartográficos gerados buscaram representar as características físicas, ambientais e territoriais da área de estudo, contemplando elementos como a hidrografia, a cobertura vegetal, a ocupação humana e a localização dos principais atrativos turísticos. Essa representação espacial permitiu compreender as relações entre o meio natural e as dinâmicas socioculturais locais, essenciais à construção do roteiro geoturístico proposto.

A elaboração dos mapas seguiu os fundamentos básicos da cartografia temática, incluindo o uso adequado de escala, projeção cartográfica, legenda, simbologia e composição visual, conforme as normas técnicas recomendadas por autores como Martinelli (1999) e Santos e Pinho (2013). O cuidado com a coerência visual e a legibilidade dos mapas visou garantir precisão, clareza e consistência científica às representações espaciais produzidas.

Além de seu caráter ilustrativo, a cartografia desempenhou papel analítico e interpretativo, permitindo identificar padrões espaciais, áreas de concentração de atrativos turísticos, acessos e limitações territoriais. Desse modo, os mapas não apenas comunicam visualmente os resultados da pesquisa, mas também constituem instrumentos de análise e planejamento, contribuindo para a compreensão integrada do território e para o fortalecimento das estratégias de turismo sustentável e gestão territorial em Mosqueiro.

Trabalhos de campo:

Foram realizadas três viagens de barco: a primeira foi uma Circunavegação à ilha de Mosqueiro para mapear as ilhotas que fazem parte do arquipélago, no dia 03 de julho de 2021. A segunda foi no dia 18 de maio de 2024, para conhecer a complexa geometria do rio Mari-Mari e o modo de vida ribeirinha, típico da região amazônica. E a terceira, no dia 22 de agosto de 2024 até o cinturão de ilhotas do Furo das Marinhas.

A primeira viagem foi uma *Circum-navegação* em torno da porção continental da ilha de Mosqueiro, observando as faixas de areias das principais praias e a porção insular ribeirinha. Nessa oportunidade, priorizou-se a observação da paisagem com seus respectivos registros fotográficos e de Sistema de Posicionamento Global (GPS) - para a calibração do mapa da área de estudo.



Foto 1. Praia do Marahu – Ilhota das Guaribas.
Fonte: Autor (2021).



Foto 2. Baía do Sol.
Fonte: Autor (2021).

A segunda viagem teve como principal objetivo fazer entrevistas e conhecer os principais rios que drenam a ilha de Mosqueiro (Murubira, Pratiquera, Mari-Mari e o Pirajuçara). O ponto de partida foi o porto hidroviário do Pelé, passando pelo rios Murubira e Pratiquera, Baía de Santo Antônio, Comunidade Cantuária (Tabatinga) no rio Mari-Mari, até chegar ao restaurante do Deuzo (Foto 3 e 4).



Foto 3. Ilhota do Navio.
Fonte: Autor (2021).



Foto 4. Restaurante do Deuzo.
Fonte: Autor (2021).

O rio Mari-Mari é nome de origem indígena que faz referência ao fruto do mari (*Cassia leiandra Benth.*), espécie nativa da Amazônia. Trata-se de um afluente do rio Pará, cujas nascentes estão localizadas no interior da ilha, às proximidades da Comunidade Furo das Marinhas e sua foz está localizada na baía de Santo Antônio.

A terceira viagem teve como destino o cinturão de ilhotas do Furo das Marinhas e o restaurante Resort D`Lira às imediações da comunidade da Bacabeira, espaço considerado por alguns como um importante ponto de descanso pois, também, oferece o serviço de hospedagem, infraestrutura moderna com ambiente climatizado, piscinas, *deck* e um trapiche flutuante para o aporte de lanchas e *jet-ski*. Uma surpresa a parte são as viagens de lancha para conhecer os bancos de areia do lugar.

Após a conclusão do raciocínio analítico (levantamento e organização dos dados), o momento seguinte foi o raciocínio de síntese, no qual, definiu-se o roteiro com base nos aspectos científicos, culturais, turísticos e econômicos visando à conservação ambiental, à contemplação de paisagens ribeirinhas e à valorização etnocultural com destaque para os saberes e sabores típicos da ilha de Mosqueiro, PA.

A espacialização e representação gráfica em forma de mapa utilizou o *Google Maps* e o programa *QGIS* que são plataformas *Open Source*. As referências espaciais foram

registradas pelo *Global Positioning System* (GPS) coletados nas expedições de campo serviram de base para o georreferenciamento e calibração das coordenadas geográficas. Já os registros fotográficos foram utilizados para ilustrar e destacar os pontos selecionados no roteiro geoturístico

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Resultados:

História e patrimônio natural e cultural da Ilha de Mosqueiro, Pará

A Ilha de Mosqueiro, localizada a cerca de 70 quilômetros de Belém, capital do Estado do Pará, é um dos territórios insulares mais emblemáticos da Amazônia Atlântica. Banhada pelas águas do rio Pará, a ilha combina riqueza natural, relevância histórica e diversidade sociocultural, configurando-se como um espaço singular onde a natureza e a cultura amazônica se entrelaçam. Sua formação geológica, marcada por rios, igarapés e extensas áreas de floresta, compõe um cenário de rara beleza que, ao longo do tempo, tem atraído visitantes e despertado o interesse de pesquisadores, viajantes e moradores de diferentes origens (SANTOS, 2016).

Historicamente, Mosqueiro surgiu como um ponto estratégico de ocupação durante o período colonial, integrando rotas fluviais de comércio e abastecimento entre Belém e as comunidades do interior. A presença de povos indígenas e, posteriormente, de populações ribeirinhas e quilombolas, deu origem a uma rica trama cultural que ainda se expressa em costumes, festas religiosas, práticas pesqueiras e modos de vida tradicionais. O nome “Mosqueiro”, segundo alguns relatos, teria origem no uso do “mosqueiro” — utensílio de palha utilizado para espantar insetos — ou, em outras versões, de um antigo morador conhecido como “Mosqueira” (FERREIRA, 2008).

A ilha abriga um conjunto expressivo de **paisagens naturais** que sustentam sua identidade turística. As **praias de água doce**, como Farol, Marahú, Paraíso, Ariramba e Carananduba, são margeadas por extensas faixas de areia branca e banhadas por águas calmas do rio Pará, que em muitos momentos se assemelham ao mar. As florestas e áreas de várzea constituem ambientes de grande importância ecológica, abrigando rica biodiversidade de fauna e flora, além de oferecerem sustento e inspiração para as comunidades locais (SOUZA; CARDOSO, 2020).

O arquipélago de Mosqueiro possui um conjunto de praias estuarinas com ondas, decorrentes dos fluxos de marés que incidem sobre região. Tais fluxos influenciam no volume e movimento hídrico das praias e das planícies de várzea dos rios e igarapés que drenam Mosqueiro, formando um conjunto de aproximadamente 18 ilhas fluviais.

Segundo a CODEM (2000), algumas dessas ilhotas não tem dados (SD), e apenas quatro delas são habitadas (Papagaio, Canuari, São Pedro e Mosqueiro) (Tabela 1).

Tabela 1. Identificação das ilhas do arquipélago de Mosqueiro.

Nº	ILHAS	PERÍMETRO (M)	ÁREA (M ²)	HABITADA
1	Navio	251,23	701,07	Não
2	Amor	190,80	1.101,68	Não
3	Camarão	586,75	2.619,27	Não
4	SD7	214,07	2.664,87	Não
5	SD6	236,78	2.243,22	Não
6	SD5	236,81	2.418,96	Não
7	SD4	264,84	2.890,99	Não
8	Maracujá	424,87	6.777,14	Não
9	SD3	502,83	13.018,36	Não
10	Pombas	560,29	14.765,68	Não
11	Maruim I	586,75	19.588,13	Não
12	SD1	895,11	24.729,48	Não
13	Maruim II	1024,17	27.828,68	Não
14	SD2	1063,68	19.978,54	Não
15	Conceição	2930,87	332.731,58	Não
16	Papagaio	3880,29	825.228,94	Sim
17	Canuari	8539,43	2.474.670,37	Sim
18	São Pedro	7972,95	4.110.313,10	Sim
19	Mosqueiro	75534,22	211.792.340,50	Sim

* SD: Sem dados

Fonte: Adaptado da CODEM, (2000).

As ilhas do Camarão e do Navio não aparecem nos registros da CODEM (2000), mas incluímos na tabela (1). A formação dessas ilhas decorre do processo de erosão da faixa litorânea de Mosqueiro. Esse desgaste do solo faz com que ocorra o acúmulo de sedimentos, como areia e terra em um curso d'água. Com o passar do tempo, ocorreu o aumento da altitude do relevo, até cruzar a linha d'água, formando as ilhas, como pode ser observado recentemente na ilha do Camarão, localizada sob a ponte Sebastião Rabelo de Oliveira (Belém-Mosqueiro), na localidade Furo das Marinhas.

Seus principais rios: Pratiquera, Murubira, Mari-Mari e o Pirajuçara — são verdadeiros eixos de vida. Neles, as **populações tradicionais ribeirinhas** desenvolvem atividades como pesca artesanal, agricultura de subsistência e transporte fluvial, preservando saberes ancestrais e modos de relação sustentável com o meio ambiente. Essa convivência harmoniosa entre o homem e a natureza é um dos aspectos mais marcantes da cultura mosqueirense (PEREIRA; LIMA, 2019).

Atualmente, Mosqueiro representa não apenas um dos principais destinos turísticos da região metropolitana de Belém, mas também um território de memória viva da Amazônia. Sua história, suas paisagens e suas populações tradicionais constituem um patrimônio material e imaterial de grande valor, que deve ser conhecido, valorizado e preservado para as gerações futuras (BRASIL, 2022).

O modo de vida ribeirinho

Para a compreensão do modo de vida ribeirinho, usamos como referência a comunidade de Cantuária (Tabatinga), que está localizada às margens do rio Mari-Mari, cujas moradias são construídas em forma de palafitas para lidar com as cheias dos rios. Neste povoado, o modo de vida ribeirinho é bem acentuado, pois está fortemente ligado à sua relação com a Natureza e tem sua sobrevivência mantida pela exploração dos recursos naturais e pela pesca artesanal do peixe e do camarão regional. Esses saberes tradicionais são transmitidos por vivências diárias com a Natureza e por narrativas transmitidas de geração a geração.

Logo, o rio e a pesca são fundamentais para a subsistência e economia das comunidades ribeirinhas de Mosqueiro; por isto costumam construir suas moradias sobre estacas (Palafitas) que as protegem das inundações sazonais (Foto 5). A pesca é realizada de acordo com o sistema de marés. Em geral, cada família tem seu próprio porto de pesca, cujo uso pode ser individual ou coletivo (Foto 6).



Foto 5. Palafitas à margem do rio Pratiquera.
Fonte: Autor (2024).



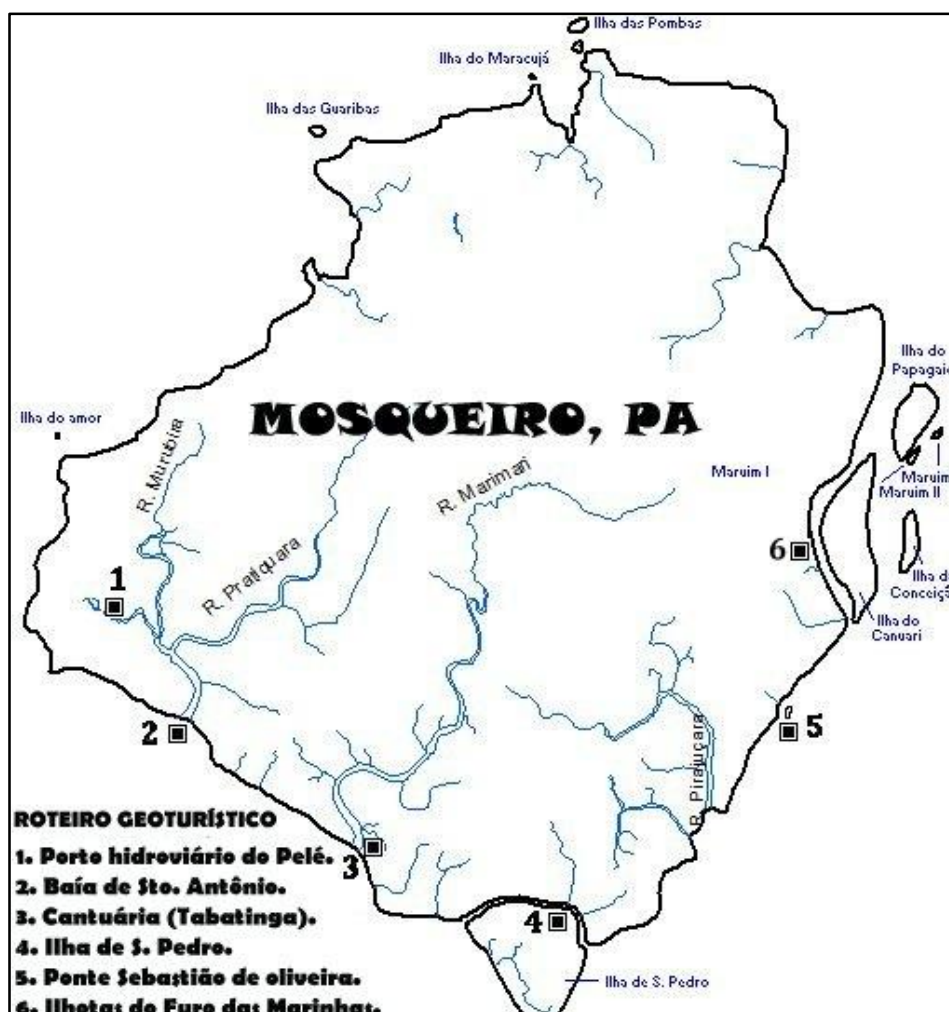
Foto 6. Porto de pesca da comunidade Cantuária.
Fonte: Autor (2024).

Roteiro geoturístico às ilhotas de Mosqueiro, PA

A proposição de roteiros geoturísticos para a ilha de Mosqueiro configura-se como uma alternativa economicamente viável para fomentar o desenvolvimento local. Além de impulsionar a economia, esta iniciativa contribui para a valorização da cultura ribeirinha, para a promoção de práticas sustentáveis, articulando conservação ambiental e inclusão sociocultural.

Nesse sentido, o roteiro proposto contempla seis pontos estratégicos de interesse, os quais podem servir como referência para atividades de visitação, educação ambiental e integração comunitária, reforçando o potencial do geoturismo como instrumento de desenvolvimento territorial sustentável (Figura 5).

Figura 5. Roteiro: “Cinturão” de ilhotas do Furo das Marinhas.



Fonte: Autor, (2025).

1. O terminal hidroviário de Mosqueiro, PA.

No final do século XIX, a ilha de Mosqueiro passou a se destacar como destino de veraneio para europeus e norte-americanos abastados, muitos dos quais atuavam no ciclo da borracha e residiam na cidade de Belém, capital do estado do Pará (CASTRO, 2009.). Nesse período, o acesso à ilha era bastante restrito, realizado quase exclusivamente por pequenas embarcações, dada a precariedade das vias de transporte.

Com a ascensão dos chamados “barões da borracha” — empresários que desempenharam papel central na modernização urbana da capital paraense durante a chamada *Belle Époque* —, foram erguidos imponentes casarões na faixa litorânea de Mosqueiro, inspirados na arquitetura europeia e nos padrões culturais do velho continente (SARGES, 2010). Ainda hoje, é possível observar vestígios materiais desse período, especialmente na orla das localidades de Porto Arthur, Chapéu Virado e Farol. O auge da economia da borracha promoveu significativas transformações na dinâmica social e econômica da ilha (BRANDÃO, 2014).

Um dos marcos desse processo foi a construção do primeiro *trapiche* da Vila. Embora a data exata de sua fundação não esteja documentada com precisão, sabe-se que esse *piér* surgiu na década de 1850 desempenhando papel essencial como ponto de acesso e embarque de passageiros e pequenas embarcações à ilha (SANTOS, 2017).

O registro mais antigo conhecido da estrutura do *trapiche da vila* descreve uma construção com armação metálica e piso de madeira, cuja extremidade era coberta por um telhado em estilo arquitetônico francês (WANZELLER, 2010). Essa cobertura foi erguida por engenheiros ingleses e inaugurada em 1908. Uma segunda estrutura, datada de 1945, também é mencionada em registros históricos (Fotos 7 e 8).



Foto 7. Trapiche de Mosqueiro em 1908.
Fonte: Meira Filho, (1978).



Foto 8. Trapiche de Mosqueiro em 1945.
Fonte: Wanzeller, (2010).

Assim, navios de diversas origens puderam atracar ali ao longo das décadas, como o alemão *Gaivota* (1915), o suíço *Valparaíso*, de propriedade do Sr. Alberto Engelhard, o *Almirante Alexandrino*, da antiga Empresa *Port of Pará* (atual Companhia Docas do Pará — CDP, desde 1967), e o emblemático *Presidente Vargas*, embarcação de aço construída na Holanda, que operava a linha Belém-Mosqueiro-Soure (1958 a 1972).

A passagem do tempo transformou gradualmente a arquitetura do antigo trapiche da vila (Foto 9 e 10).



Foto 9. Trapiche de Mosqueiro em 1949.
Fonte: Belém Nostalgia, (2018).



Foto 10. Trapiche de Mosqueiro em 1966.
Fonte: Rodrigues, (1966, p. 50).

A reforma mais recente ocorreu no século XXI, com início em 2014, a partir de recursos federais destinados à construção de um moderno terminal hidroviário. Após uma

década de obras e trâmites, a nova estrutura foi oficialmente inaugurada em 2023 (AGENCIA PARÁ, 2023).



Foto 11. Terminal hidroviário de Mosqueiro, Pará.

Fonte: Autor, (2025).

Hoje, o terminal configura-se como uma Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte (IP4), com potencial para atender cerca de 27 mil habitantes das regiões continental e insular da capital paraense, estando sob a administração do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT).

A grande expectativa da população local é que esta obra atenda não apenas a população flutuante nos períodos de férias escolares, festas de fim de ano e carnaval. O funcionamento regular da linha fluvial “Belém-Mosqueiro” pode ser o diferencial na melhoria de vida dos moradores pois melhora o transporte de pessoas, mercadorias e impulsiona o turismo.

2. Baía de Santo Antônio

Trata-se de um sistema de drenagem complexo que faz parte da dinâmica da microrregião guajarina, foz do Rio Amazonas, delimitada pelas Ilhas de Caratateua, Mosqueiro, Jutuba e Tatuóca. Neste lugar, observa-se o encontro de três baías: Guajará, Santo Antônio e Marajó.

Tem destaque na baía a ponta da Musqueira como denominado no primeiro registro cartográfico de 1680 (BRANDÃO, 2006), às imediações da atual praia do Areião. Já foi chamada de Ponta da Pedreira (referência a uma das pedreiras do Reino) e, atualmente, Ponta da Bitar em alusão à Usina Santo Antônio da Pedreira, de propriedade da família Bitar) (Figura 5).

Figura 6. Foz do rio Mari-Mari, na Baía de Santo Antônio, Pará.



Fonte: Google Maps (2024).

Fábrica Bitar: o legado industrial da ilha de Mosqueiro

Desde o final do século XIX, a Ponta da Pedreira, na praia do Areião, já era conhecida por sua movimentação comercial. Mas foi em 1924 que o local viveu uma verdadeira revolução: a firma Bitar Irmãos, dos empresários Simão e José Miguel Bitar, adquiriu a área e transformou-a em um polo industrial.

Ali foi reconstruída uma antiga edificação para abrigar uma nova indústria de óleos vegetais extraídos de sementes amazônicas como ucuuba (*Virola surinamensis*), murumuru (*Astrocaryum murumuru*), andiroba (*Carapa guianensis*), pracaxi (*Pentaclethra macroloba*), babaçu (*Attalea speciosa*), patauá (*Oenocarpus bataua*) e algodão

(*Gossypium hirsutum*) . Dessa produção nasceu o famoso óleo “Princesa”, que ganharia destaque nacional ao ser premiado na Exposição de Farroupilha, em 1932.

O sucesso impulsionou novas etapas. A fábrica foi equipada com maquinário importado dos Estados Unidos e Alemanha, passando a beneficiar borracha para produção de pneus exportados à Europa e à Inglaterra (Foto 12, 13). Com o tempo, os artefatos de borracha, como câmaras de ar, conquistaram mercados no Sul do Brasil, Argentina e Uruguai.



Foto 12. Pneu de calhambeque - Bitar.
Fonte: *Blog Mosqueirando*, (2015).



Foto 13. Pneu com a marca do Pará.
Fonte: *Blog Mosqueirando* (2015).

Em 1936, parte dos equipamentos foi transferida para a Usina Progresso, em Belém, marcando também a transformação da empresa em sociedade anônima — a S.A. Bitar Irmãos. Já em 1967, a histórica Usina Santo Antônio da Pedreira, em Mosqueiro, foi modernizada com uma usina diesel-elétrica própria, um parque industrial de mais de 10 mil metros quadrados e um reservatório de 100 mil litros de água para resfriamento dos motores. (MOSQUEIRANDO, 2015, p. XX)

Hoje, a velha fábrica mantém viva sua arquitetura original e ainda pertence à família Bitar. Um marco silencioso da industrialização paraense, que resiste ao tempo à espera de um museu que resgate essa memória e compartilhe com as novas gerações a história dessa terra.

3. Comunidade ribeirinha: Cantuária (Tabatinga)

A região insular do arquipélago de Mosqueiro abriga diversas comunidades tradicionais que mantêm práticas socioculturais fortemente ligadas ao ambiente natural.

Entre elas, destaca-se a comunidade ribeirinha de Cantuária (também conhecida como Tabatinga), cuja origem remonta a cerca de um século, sendo nomeada em homenagem à primeira família que se estabeleceu no local.

O cotidiano da comunidade está profundamente conectado à dinâmica do rio Mari-Mari e aos recursos disponíveis na floresta. Essas relações estabelecem uma rede de práticas sustentáveis que aliam conhecimento tradicional, sobrevivência e identidade cultural.

A base econômica da comunidade é a pesca artesanal do camarão de água doce (*Macrobrachium amazonicum*), realizada em pequenas embarcações ou canoas, com o uso de armadilhas tradicionais chamadas *matapis*. Esses instrumentos são confeccionados artesanalmente a partir das fibras da palmeira jupati (*Raphia taedigera*), colhida e trançada pelas próprias famílias. Além do camarão, o extrativismo vegetal representa uma importante atividade de subsistência, com destaque para o açai (*Euterpe oleracea*), consumido como alimento e comercializado na vila de Mosqueiro.

O processo de fabricação do *matapi* (foto 15) envolve diversas etapas manuais que exigem habilidades específicas: desde a coleta e secagem da fibra de jupati (foto 14), passando pela instalação dos anéis de sustentação feitos com cipós, até a montagem dos funis e da tampa de acesso para retirada dos camarões. Embora o saber tradicional ainda seja preservado, observa-se a introdução de materiais industriais, como fibras de PVC e garrafas PET, devido à baixa durabilidade dos materiais naturais. Como isca, são utilizadas farinhas regionais, como as de babaçu, buriti e inajá.

A seguir, apresentamos a tabela 2 apresenta dados que resume essas atividades tradicionais e os principais usos dos recursos naturais pela comunidade:

Tabela 2. Atividades tradicionais e usos dos recursos naturais na comunidade de Cantuária - Ilha de Mosqueiro, PA.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	ESPÉCIES	FINALIDADE
Pesca artesanal do camarão	Captura em pequenas embarcações, com uso de <i>matapi</i> em áreas de várzea e igarapés.	<i>Macrobrachium amazonicum</i>	Alimentação e comercialização
Extrativismo do açai	Coleta do fruto em áreas de várzea; importante alimento e fonte de renda.	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	Consumo familiar e venda em Mosqueiro
Isca vegetais com: Babaçu, Buriti e inajá.	Farinhas e subprodutos vegetais regionais do usados para atrair pescados e camarões.	<i>Attalea speciosa</i> Mart. ex Spreng. <i>Mauritia flexuosa</i> L.f. <i>Attalea maripa</i> (Aubl.) Mart.	Geração de renda complementar, Otimização da pesca
Artesanato com fibra de jupati	Étapas manuais: coleta, secagem, trançado, montagem com cipó, para a produção de cestos, esteiras, peneiras e <i>matapis</i> .	<i>Raphia taedigera</i> Mart.	Ferramenta artesanal para pesca e viveiros de camarão.

Fonte: Autor (2025).

Essa rede de saberes e práticas, transmitida entre gerações, revela não apenas um modo de vida fortemente marcado pela ancestralidade, mas também uma profunda interação com os ciclos naturais. As relações estabelecidas com o ambiente são pautadas no uso sustentável dos recursos e demonstram o potencial da valorização cultural como eixo estruturante para projetos de geoturismo de base comunitária.

Nesse contexto, a preservação das práticas tradicionais como a secagem das fibras de jupati (foto 14) para a produção de ferramentas de pesca – matapi (foto 15) e o fortalecimento da identidade ribeirinha constituem elementos fundamentais para a promoção de roteiros geoturísticos que respeitem os modos de vida locais, gerem renda e estimulem a conservação dos ecossistemas.



Foto 14. Secagem da fibra de jupati.
Fonte: Autor (2024).



Foto 15. Ferramentas de pesca - Matapi.
Fonte: Autor (2024).

4. Ilha de São Pedro: história, arquitetura e economia colonial

A Ilha possui uma área estimada em aproximadamente 4.000 km² e integra a região insular do município de Belém, estando localizada na porção sul da Ilha do Mosqueiro. Sua jurisdição territorial é definida pela Lei nº 5.778/1993 e reafirmada pelas Leis Municipais nº 7.682/1994, nº 7.806/1996 e nº 8.655/2008, que consolidam a divisão político-administrativa da capital paraense e reconhecem formalmente a ilha como parte integrante do Distrito Administrativo da Ilha do Mosqueiro (DAMOS), conforme previsto no Plano Diretor de Belém (CODEM, 2000).

A ilha está inserida na Zona do Ambiente Natural 2 (ZAN) – Setor III, conforme a Lei nº 7.684 de 12 de janeiro de 1994, que organiza o território urbano em zonas com base em critérios ambientais, paisagísticos e históricos. A ZAN tem como finalidade subsidiar diagnósticos e propostas de uso do solo compatíveis com a preservação ambiental, o uso racional dos recursos naturais e a valorização do patrimônio cultural e arquitetônico, promovendo, de forma integrada, a qualidade de vida na cidade de Belém (PMB, 2007).

Historicamente, a Ilha de São Pedro guarda profundas conexões com as ilhas vizinhas de Santa Rosa, Sororoca e João Pilatos, hoje pertencentes ao município de Ananindeua. A ocupação da área remonta ao século XVIII, período em que foi instalado um engenho de açúcar e cachaça por colonos alemães (ALMEIDA, 2008). Com o abandono da propriedade no século XIX, a área passou a ser controlada pelo português Manoel Coimbra, responsável pela instalação de dois novos empreendimentos: uma serraria, voltada ao beneficiamento de madeiras oriundas de outras regiões, e uma olaria, cuja produção de cerâmica atendia à demanda comercial dos municípios de Belém, Ananindeua, Santa Bárbara e Benevides.

De acordo com relatos de antigos moradores da ilha, como a entrevistada 1, e o entrevistado 2 a Ilha de São Pedro exerceu influência regional considerável durante os séculos XVIII e XIX, em virtude de sua estrutura produtiva. A presença de atividades industriais atraiu populações para as ilhas do entorno, originando comunidades ribeirinhas como Igarapé Grande (Ilha de João Pilatos), Roldão e Remanso (Ilha de Santa Rosa) (ALMEIDA, 2008).

Atualmente, a Ilha de São Pedro constitui uma propriedade privada, onde se conservam diversos elementos do patrimônio histórico da região. Destacam-se:

- O museu industrial, com acervo ligado à antiga serraria e olaria;

- A Capela de São Pedro, datada do século XIX e restaurada na década de 1930, onde ocorre anualmente uma missa em homenagem ao padroeiro, cuja imagem foi trazida de Portugal;
- A imponente “casa grande” (Fotos 16 e 17), edificação remanescente do período colonial construída pelos alemães, atualmente habitada e administrada por Elísio Capela, descendente do proprietário Manoel Coimbra. Abriga mobiliário de época e objetos históricos que narram, de forma viva, os ciclos econômicos e sociais que marcaram o desenvolvimento da ilha e suas relações com o entorno insular da Baía do Guajará.



Foto 16. Casa grande.

Fonte: Autor (2024).

Foto 17. Capela de São Pedro.

Fonte: Autor (2024).

- Conjunto de casas funcionais destinadas a hospedagem da mão de obra;
- Escolinha comunitária, reforçando o uso social do espaço por famílias que ainda mantêm vínculos com o território.

Além de seu valor histórico e arquitetônico, a ilha de São Pedro mantém práticas produtivas tradicionais, entre elas a criação de animais como bois, cabras e carneiros, observadas durante visitas à propriedade. No passado, também havia criação de búfalos, mas esses foram gradualmente extintos em decorrência da ausência de cuidados veterinários e manejo adequado. A paisagem produtiva da ilha é ainda marcada pela

presença de fruticulturas diversas, como açaí (*Euterpe oleracea*), manga (*Mangifera indica*), cacau (*Theobroma cacao*), cajarana (*Spondias mombin*), jambo (*Syzygium malaccense*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), compondo um mosaico agroflorestal que reforça a fertilidade da região.

Com o falecimento dos proprietários originais, a administração da ilha passou para os herdeiros familiares, que atualmente realizam apenas visitas esporádicas, o que contribui para a diminuição da manutenção contínua dos espaços produtivos e históricos.

Por tratar-se de uma propriedade particular, a Ilha de São Pedro não está aberta à visitação pública. No entanto, de acordo com o depoimento da moradora Dona Edalci, apesar de a ilha pertencer juridicamente ao território do município de Belém, especificamente ao distrito de Mosqueiro, o suporte básico às famílias remanescentes tem sido prestado pelo município de Santa Bárbara, dada a proximidade física e a relação social com a comunidade de Caiçau, localizada no município vizinho.

5. Ponte Sebastião Rabelo de Oliveira

A ponte Sebastião Rabelo de Oliveira, inaugurada em 1976, constitui uma das principais infraestruturas viárias que conectam a Ilha de Mosqueiro ao continente, atravessando o rio Tauarié — também conhecido como Furo das Marinhas ou Furo das Marinhas. Este curso d'água é um dos mais importantes da região insular, e segundo narrativas orais registradas por *Mosqueirando* (2010), o nome “Mariinhas” remete à lenda de duas irmãs jovens e reclusas que viveram nas margens do furo, conferindo ao local um traço de misticismo e memória afetiva.

Com extensão aproximada de 1.450 metros, a ponte foi construída em um período em que Mosqueiro ainda não apresentava grande dinamismo econômico, sendo utilizada principalmente como local de veraneio. Sua inauguração marcou a abertura de uma segunda rota de acesso à ilha, além da tradicional via fluvial, favorecendo o fluxo contínuo de mercadorias e pessoas. Destaca-se, nessa época, a atuação da empresa de transportes Beiradão, que desempenhou papel relevante no fortalecimento do turismo, especialmente nas praias de água doce com ondas, principal atrativo natural da ilha (MEIRA FILHO, 1978).

A ponte consolidou-se como eixo estruturante essencial para a população local, especialmente para aqueles que necessitam realizar deslocamentos diários à capital

paraense ou a outros municípios da Região Metropolitana de Belém, seja para fins de trabalho, estudo ou serviços de saúde.

Um fenômeno geográfico relevante observado sob a estrutura da ponte é a formação de uma nova ilha, a partir do acúmulo de sedimentos trazidos pelas correntes de maré ao longo dos últimos anos. Conhecida pelos moradores como “Aerial da Ponte”, essa barra arenosa evoluiu gradativamente, com posterior colonização vegetal por espécies de mangue, processo que culminou na consolidação da chamada Ilha do Camarão.

Com extensão de aproximadamente 250 metros, a Ilha do Camarão apresenta vegetação densa de manguezal, que contribui para a estabilização dos sedimentos e evidencia um processo ativo de formação insular. Situada bem ao centro da estrutura da ponte, a ilha representa um exemplo de dinâmica geomorfológica em curso, controlada por interações entre os regimes de maré, os fluxos sedimentares e a vegetação pioneira, configurando-se como um microambiente de grande interesse ecológico e paisagístico (Fotos 18 e 19).



Foto 18. Ponte Sebastião Oliveira.
Fonte: Autor (2024).



Foto 19. Ilha do camarão.
Fonte: Autor (2024).

6. Cinturão de Ilhotas do Furo das Marinhas

O aqui denominado “Cinturão” de Ilhotas do Furo das Marinhas” compreende um conjunto de sete ilhas que integram o Arquipélago de Mosqueiro, no município de Belém (PA). Dentre as cerca de vinte ilhotas identificadas na região, destacam-se as seguintes

como integrantes desse cinturão: Maruim 1, Maruim 2, Conceição, Papagaio, São Pedro e Canuari (Figura 20, 21).



Foto 20. Ilhotas do Furo das Marinhas.
Fonte: Autor (2025).

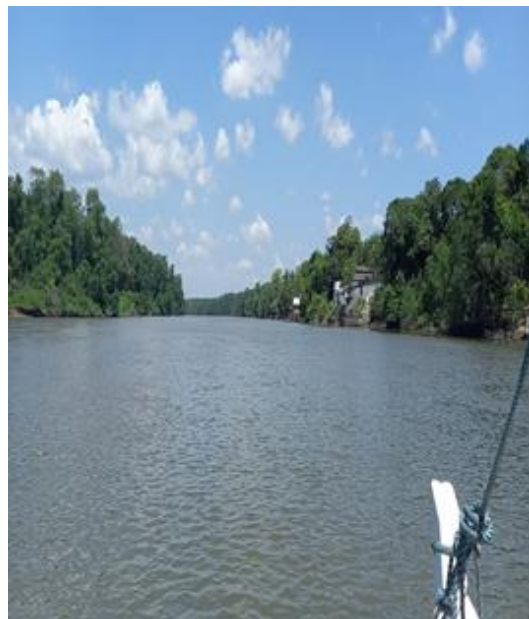


Foto 21. Ilhota Canuari (Esquerda).
Fonte: Autor (2025).

Destas, apenas São Pedro e Canuari são habitat humano permanente, com presença de comunidades tradicionais que exercem atividades de pesca artesanal de camarões e peixes, além da fruticultura do açaí e da pupunha (*Bactris gasipaes*) e criação de animais domésticos.

Observações de campo e relatos da comunidade local apontam para um fenômeno geomorfológico em andamento: o surgimento de novos bancos de areia, que sinaliza a possibilidade de formação de novas ilhotas nos próximos anos. Este processo, embora natural, tem impactado a navegabilidade na região, inclusive dificultando a circulação de pequenas embarcações.

O cinturão de ilhotas configura-se como um ambiente de grande potencial turístico, ainda pouco explorado, localizado em área de mata densa e circundado por rios, o que lhe confere aspecto de isolamento e rusticidade.

Um dos destaques do lugar é o Resort D’Lira (Foto 22), situado na comunidade da Bacabeira, a aproximadamente 2 km da rodovia PA-391. Este empreendimento turístico oferece infraestrutura voltada ao ecoturismo e turismo de aventura, incluindo redário climatizado às margens do Furo das Marinhas, piscinas, gastronomia regional e opções de hospedagem. O espaço tem sido ponto de apoio para atletas de esportes

aquáticos, como o caiaque e o stand up paddle, além de ciclistas e visitantes que buscam experiências integradas à Natureza.



Foto 22. Resort D' Lira.

Fonte: https://www.facebook.com/resortdlira/?locale=pt_BR

Estima-se que o tempo aproximado para realizar o roteiro delineado — com estes seis pontos estratégicos, seja de 1h15 a 1h40 de navegação efetiva sem paradas para visitação (Tabela x).

Distâncias aproximadas por trecho

Trecho	Dist�ncia aproximada (km)	Tempo estimado (barco de passeio 15–20 n�s ≈ 28–37 km/h)
1. Porto do Pel� → Ba�a de Santo Ant�nio → Ilha de S�o Pedro	16 km	25–35 min
2. Ilha de S�o Pedro → Ponte Sebast�o de Oliveira	7 km	15–25 min
3. Ponte Sebast�o de Oliveira → Resort do Lira (Bacabeira)	9 km	12–20 min
Total aproximado (Ida)	32 km	1h15 a 1h40 de navega�o efetiva

Fonte: Autor, (2025).

Mais do que uma alternativa econômica, o geoturismo em Mosqueiro constitui um caminho para a **sustentabilidade integrada**, que concilia o uso responsável dos recursos naturais com a preserva o do patrimônio histórico, cultural e ambiental. Acreditamos

que o fortalecimento do Geoturismo em Mosqueiro não apenas amplia as oportunidades de geração de renda, mas também promove o sentimento de pertencimento e de responsabilidade ambiental entre moradores e visitantes. A consolidação dessa proposta depende, contudo, de políticas públicas contínuas, de gestão participativa e de um olhar sensível às dinâmicas culturais e ecológicas que fazem da ilha um território de rara beleza e significado para a Amazônia e para o Pará.

3.2. Discussões:

O Resort do Lira, em Mosqueiro, pode ser acessado principalmente por estrada (PA-391, saindo de Belém). Também é possível chegar por barco ou transporte fluvial. O geoturismo, enquanto proposta de desenvolvimento sustentável, possui um forte potencial de valorização do patrimônio material e imaterial, sendo capaz de articular aspectos ambientais, históricos, culturais e sociais em uma experiência turística mais ampla e significativa. Conforme destacado por Nigro (2009), o entrelaçamento entre construções históricas, tradições locais, modos de vida e paisagens naturais torna o turismo geocultural uma alternativa promissora para regiões com rica diversidade como o arquipélago de Mosqueiro.

A partir da revisão dos estudos de Menezes et al. (2010), Brandão (2014) e Silva (2022), observa-se uma evolução nas abordagens sobre o potencial turístico de Mosqueiro. Tal estudo é fundamental ao apresentar uma leitura sistêmica do território, destacando os elementos naturais e culturais que configuram um diagnóstico inicial do potencial turístico da ilha. Essa categorização (orla, prédios antigos e ilhas) ainda hoje se mostra pertinente, servindo como base para ações de planejamento territorial e turístico.

No entanto, é importante observar que, embora o estudo de Menezes et al. (2010) tenha indicado caminhos promissores, carece-se, desde então, de políticas públicas e iniciativas integradas que operacionalizem esse diagnóstico. Isso indica um descompasso entre conhecimento técnico-científico e ações concretas de gestão territorial e turística. A ausência de investimentos e de políticas de valorização do patrimônio material e imaterial contribui para a estagnação do potencial turístico da região, comprometendo sua capacidade de promover o desenvolvimento local.

Brandão (2014) complementa esse panorama ao propor a criação de espaços de memória como estratégia para preservar e comunicar a história da ilha. A proposta de uma "Casa de Memória" representa mais do que uma iniciativa de resgate histórico - é

um instrumento de educação patrimonial, identidade cultural e pertencimento comunitário. Entretanto, novamente, percebe-se que tais propostas ainda encontram limitações em sua efetivação, muitas vezes pela ausência de articulação entre academia, poder público e comunidades locais.

A proposta de Silva (2022), mais recente e alinhada com os princípios do geoturismo contemporâneo, representa um avanço metodológico e conceitual ao incorporar a geodiversidade como ferramenta educativa e de valorização ambiental. Tal roteiro é centrado na praia do Farol, reforça a capacidade do turismo de base geocientífica em promover a educação ambiental e sensibilizar tanto turistas quanto moradores locais para a importância da conservação do território. Ainda assim, nota-se que a proposta se mantém restrita a áreas de maior visibilidade e acesso, como o litoral, deixando de lado outras porções igualmente relevantes do arquipélago.

É justamente nesse ponto que este trabalho busca inovar e ampliar o debate. Ao destacar as regiões insulares e os modos de vida ribeirinhos de Mosqueiro, propomos uma descentralização do olhar turístico, dando visibilidade a territórios e populações que, apesar de sua riqueza cultural e ambiental, permanecem à margem dos roteiros tradicionais. Os ribeirinhos desempenham papel essencial na configuração da paisagem, das práticas culturais e da história da ilha, sendo guardiões de saberes, tradições e formas de convivência sustentável com o meio ambiente. Valorizar esses modos de vida não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma oportunidade estratégica para diversificar a oferta turística da região, fortalecendo o turismo de base comunitária e ampliando os impactos positivos do geoturismo.

Assim, esta pesquisa não apenas dialoga com as produções anteriores, mas avança ao propor a inclusão ativa das comunidades ribeirinhas no planejamento e execução de práticas geoturísticas. Acreditamos que a integração do patrimônio imaterial ribeirinho, como festas populares, saberes tradicionais, culinária e narrativas orais, com o patrimônio material e geológico, configura um caminho promissor para um turismo mais justo, educativo e sustentável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidencia que o turismo sustentável, quando aplicado à realidade socioambiental da Ilha de Mosqueiro (Belém/PA), configura-se como uma alternativa concreta e estratégica para o desenvolvimento sustentável de base comunitária. A integração entre o patrimônio geológico, os bens culturais materiais e imateriais e os modos de vida tradicionais da população ribeirinha revela um potencial turístico singular, capaz de gerar impactos positivos tanto na valorização ambiental quanto na promoção da identidade local.

Ao articular os fundamentos da Geografia, da educação ambiental e da valorização cultural, o geoturismo permite o fortalecimento de dinâmicas locais por meio da inclusão social, da geração de renda e da preservação de saberes ancestrais. O reconhecimento do modo de vida ribeirinho como elemento-chave para a consolidação de roteiros turísticos sustentáveis reforça a necessidade de descentralizar o olhar tradicional sobre o turismo na ilha, frequentemente restrito à orla e às áreas mais acessíveis.

Contudo, a análise empírica demonstra que a efetivação dessa proposta ainda esbarra em diversos desafios estruturais, como a ausência de políticas públicas direcionadas, a precariedade da infraestrutura nas regiões insulares, a fragilidade da governança ambiental e a invisibilidade das comunidades tradicionais nos processos de planejamento e gestão turística. Tais entraves limitam a consolidação de um modelo turístico sustentável e inclusivo, evidenciando a necessidade de reorientar estratégias públicas e institucionais.

Diante desse cenário, torna-se urgente a formulação de políticas públicas intersetoriais que promovam o planejamento participativo, reconhecendo as comunidades tradicionais como protagonistas do processo e respeitando a diversidade ecológica e cultural da região. O turismo, se conduzido com base em princípios de equidade, participação e sustentabilidade, pode se consolidar como uma ferramenta eficaz para o fortalecimento territorial e a construção de uma economia circular fundamentada nos saberes locais e no uso racional dos recursos naturais amazônicos.

Nesse sentido, propõe-se a adoção de um conjunto de diretrizes para subsidiar a criação de uma política pública de turismo sustentável para o arquipélago de Mosqueiro:

1. Elaboração de um Plano Distrital de Geoturismo Sustentável

- Inclusão de comunidades, universidades, poder público e setor privado no planejamento participativo;
 - Definição de roteiros oficiais de visitação baseados em critérios socioambientais e culturais.
- 2. Reconhecimento legal e institucional das comunidades ribeirinhas como protagonistas do turismo local**
- Estímulo à formação de cooperativas de turismo de base comunitária;
 - Programas de capacitação em hospitalidade, segurança náutica, trilhas interpretativas e educação ambiental.
- 3. Melhoria da infraestrutura e acesso às áreas insulares**
- Investimentos nos portos comunitários e na acessibilidade fluvial às ilhotas;
 - Expansão da conectividade digital para fortalecer a divulgação dos roteiros e fomentar o turismo digital.
- 4. Planos de manejo e fiscalização ambiental mais eficientes**
- Implementação de planos de manejo e fiscalização ambiental mais eficientes, garantindo o monitoramento contínuo das áreas protegidas e regulamentando as atividades turísticas, de pesca e lazer, de modo a preservar os ecossistemas fluviais e a biodiversidade da região.
- 5. Promoção da educação patrimonial e ambiental nas escolas da região**
- Valorização da história, cultura e biodiversidade local no currículo escolar;
 - Parcerias com instituições de ensino para o desenvolvimento de roteiros educativos e ações de extensão.
- 6. Incentivos fiscais e editais de fomento voltados ao turismo de base comunitária**
- Inclusão do geoturismo em programas municipais e estaduais de economia solidária, meio ambiente e cultura;
 - Apoio à infraestrutura de hospedagem e alimentação com critérios ecológicos e sustentáveis.

7. Implantação de um Observatório de Geoturismo e Biodiversidade

- Produção e sistematização de dados e indicadores sobre impactos, oportunidades e desafios do geoturismo na ilha;
- Articulação com universidades e centros de pesquisa regionais.

Em síntese, este trabalho reforça a importância de construir uma abordagem integrada e territorializada para o desenvolvimento do geoturismo em Mosqueiro, baseada na valorização das comunidades ribeirinhas e na preservação dos bens naturais e culturais. Tais ações, articuladas e planejadas de forma participativa, podem transformar o turismo em uma ferramenta potente de justiça territorial e sustentabilidade na Amazônia insular.

5. REFERÊNCIAS

AB`SABER, A. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003, 159p.

AGÊNCIA BELÉM – Jornal Diário. **Mosqueiro inaugura Terminal Hidroviário no Dia do Trabalhador**. Jornal Diário do Pará (2023). Disponível em: <<https://diariodopara.com.br/para/mosqueiro-inaugura-terminal-hidroviario-no-dia-do-trabalhador/>> Acesso em: 27Jan.2024.

ALMEIDA, F.; CASTRO, J. **História de Belém: da Colônia à Capital da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2009.

ALMEIDA, A. F. **Ananindeua e a sua identidade cultural**. 2006. 108f Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

_____. **Diagnóstico sócio-ambiental da região insular de Ananindeua (PA): uma proposta de zoneamento turístico**. 90f. (Monografia de Especialização em Gestão Ambiental). Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafios às políticas públicas **Urbe Amazônica: a floresta e a cidade**. In: VIEIRA, I. C. G. (Org.). **As Amazônias de Bertha K. Becker**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.p. 505-514.

_____. **Geopolítica da Amazônia**. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 11. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

BENTO, L. C. M.; FARIAS, M. F. de; NASCIMENTO, M. A. L. do. Geoturismo: um Segmento Turístico? **Revista Turismo: Estudos e Práticas**, vol. 9, n. 1, p. 1-23, 2020.

BRANDÃO, E. Mosqueiro: a história de um arquipélago singular no estuário Amazônico in __ **Revista Ilhas Amazônicas: o arquipélago de Mosqueiro** – parte 1, Ed. 01, JAN 2006

BRASIL, Ministério da Indústria Comércio e Turismo. **Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo**. Brasília: Ministério da Indústria Comércio e Turismo–MICT; Ministério do Meio Ambiente, 1994

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo: marcos conceituais**. Brasília:Ministério do Turismo, 2006. Disponível em:<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloa ds_publicacoes/Marcos_Conceituais>. Acesso em: 10 jun 2020.

_____, Ministério do Turismo. **Turismo e sustentabilidade: orientações para prestadoresde serviços turísticos**. Brasília: Mtur, 2016.

_____. Ministério do Turismo. **Inventário da Oferta Turística da Ilha de Mosqueiro**. Belém: MTur/SETUR, 2022.

CARVALHO, J. de O.; RODRIGUES, C. M. M. Geoturismo: uma abordagem geográfica e educativa. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 10, n. 4, p. 949–964, 2017.

CERQUEIRA, L. R.; MAZARO, R. M.; FURTADO, E. M.; ROCHA NETO, J. M. da. Políticas públicas em turismo no Brasil: cronologia dos 70 anos da legislação turística e das instituições oficiais de turismo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 2, n. 13-14, 2010, pp. 977-978

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM – CODEM. Informações sobre o Município de Belém. CODEM/PMB, 2000.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

ESPÍNOLA, E.; CRAVIDÃO, F. A ciência das ilhas e os estudos insulares: Breves reflexões sobre o contributo da geografia. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 26 (3) set-dez/2014, p. 433-444.

_____. Territórios insulares e turismo: especificidades e desafios. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n. 21/22, p. 367–378, 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Brasil). Serviço de Produção de Informação. Brasília: EMBRAPA, Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Brasil). Serviço de Produção de Informação, 2009, 412 p.

FARSANI, N. T.; COELHO, C. O. A.; COSTA, C. M. M. Tourism Crisis Management in Geoparks Through Geotourism Development. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 17/18, p. 1627-1638, 2012.

FERREIRA, A. C. **Mosqueiro: história e memória da ilha**. Belém: Edições Amazônia, 2008.

GOOGLE EARTH website. <http://earth.google.com/2024>.

GRAY, Murray. **Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature**. 2. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2013. 495 p.

GUERRA, A. J. T.; JORGE, M. C. O. Geomorfologia aplicada ao turismo. In: ARANHA, R.C.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **Geografia aplicada ao turismo**. São Paulo: Oficina de Textos, p. 56-80, 2014.

HELLER, C. **Beiträge zur näheren Kenntnis der Macrouren. Sitzungsberichte der mathematisch-naturwissenschaftlichen Classe der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften in Wien**, v. 45, p.389–426. 1862.

HAESBAERT, R.. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2ª ed. 1978, 203p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: população e domicílios – resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 set. 2025

_____. **Manual técnico de geociências: noções básicas de cartografia**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Malha municipal digital**: escala 1:250.000. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br.php>. Acesso em: 21 jun. 2021.

_____. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro – RJ. 2012, 271p. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/manuais_tecnicos/manual_tecnico_vegetacao_brasileira.pdf. Acesso em: 07/dez/ 2014.

_____. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 nov.2010.

LONGLEY, P. A. et al. **Geographical Information Systems and Science**. 3. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2011.

MARTINELLI, M.. **Cartografia: representação e comunicação**. São Paulo: Contexto, 1999.

MEIRA FILHO, A. **Mosqueiro, Ilhas e Vilas**. Belém: GRAFISA, 1978, 439p.

MENEZES, G. A.; LAMEIRA, W. J. de M.; WANZELLER, C. dos S. Análise do turismo na ilha de mosqueiro mediante a elaboração de mapas ambientais. **Revista Faz.: Ciência & Tecnologia**. Belém, v5. Nº 8 e 9, p. 23-32.

MORO, L. F.; PRANCE, G. T. **Vegetação da Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

NASCIMENTO, M. A. L.; MANSUR, K. L.; MOREIRA, J. C. Bases conceituais para entender geodiversidade, patrimônio geológico, geoconservação e geoturismo. **Revista Equador**, v. 4, p. 2-22, 2015.

NIGRO, C. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre Patrimônio Cultural e Geografia. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. da S. (Org.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. 1ed.São Paulo: Annablume, 2009, v., p. 55-80.

OLIVEIRA, C. A. da S.; REIS, N. F. Geoturismo e Interpretação Ambiental: diálogos para uma abordagem geográfica. **Confins** [Online], n. 56, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/45408>. Acesso em: 18 set. 2025.

OLIVEIRA, A. U. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Annual Report 2017/2018**. Disponível em: <https://www.eunwto.org/doi/book/10.18111/9789284419807>. Acesso em: 15 mai.2024.

_____. **Guia de desenvolvimento do Turismo Sustentável / Organização Mundial do Turismo**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

NOSTALGIA BELÉM. **Trapiche de Mosqueiro em 1949**, 18 Jul. 2018. Disponível em: < <https://www.facebook.com/nostalgiabelem>>. Acesso em: 09 Jan. 2025

PARÁ, Lei nº 5.778/93. **Definição dos limites político-administrativos e territoriais entre os municípios de Belém e Ananindeua e dá providências**. Diário Oficial do Estado: Belém, nº 27.615, 16 de dez. 1993.

PEREIRA, L. N. Didática multissensorial e Geografia: o conceito de paisagem na construção da autonomia de alunos com deficiência visual. *Revista Terceiro Incluído*. Goiânia - Goiás – Brasil. Dossiê Literatura e Paisagem, 2024, p. 1-18.

PEREIRA, L. F.; LIMA, D. R. **Saberes ribeirinhos e sustentabilidade na Ilha de Mosqueiro (PA)**. *Revista Amazônica de Desenvolvimento Sustentável*, v. 8, n. 2, p. 45–62, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - PMB. **Diagnóstico da região insular do município de Belém**. SILVA, Sérgio Brazão (Org). Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, Fundação de Apoio a Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias. Belém: 2007

QGIS DEVELOPMENT TEAM. **QGIS Geographic Information System**. Open Source Geospatial Foundation Project, 2024. Disponível em: <https://www.qgis.org>. Acesso em: 10 out. 2025.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, C. (Org.). **Belém 350 anos**. Disponível em: < https://issuu.com/belemantiga/docs/revista_bel__m_350_anos>. Acesso em: 02 Fev. 2024.

ROSA, R. **Geotecnologias na geografia aplicada**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. L. **Entre rios e florestas: a formação territorial de Mosqueiro, Pará**. *Anais do Encontro Nacional de Geografia Cultural*, Belém: UFPA, 2016.

SANTOS, M.; PINHO, O. **Introdução à cartografia temática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

SANTOS, R. P. “A formação urbana de Mosqueiro e a infraestrutura do transporte fluvial no século XIX.” *Revista Amazônica de História*, v.7, n.1, 2017.

SAMPAIO, C. A. C. (2001). Turismo: Sob análise do desenvolvimento sustentável. *Revista Turismo, Visão e Ação*, 8 (4), 29-44.

SILVA, B. N. R. **Levantamento de reconhecimento detalhado dos solos da Ilha de Mosqueiro (PA) com auxílio de fotointerpretação**. 1975. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1975.

SILVA, N. N. da. **Roteiro geoturístico na Ilha de Mosqueiro Belém/Pa**: instrumento para a valoração e divulgação da geodiversidade local. Orientadora: Luciana Martins Freire. 2022. 21 f. Trabalho de Curso (Licenciatura em Geografia) – Campus Universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2022. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/4694>. Acesso em: 19 jun. 2025

SOUZA, R. M.; CARDOSO, P. J. **Paisagens naturais e potencialidades turísticas na Ilha de Mosqueiro**. *Caderno de Geoturismo e Meio Ambiente*, v. 5, n. 1, p. 23–41, 2020.

TAVARES, M. G. da C. Geografia, Patrimônio e Turismo na Amazônia Brasileira: o Projeto Roteiros Geo-Turísticos em Belém do Pará. *Confins*, n. 54, 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/45408> . Acesso: 10 nov. 2025.

WANZELLER, C. 1999. **A imagem e o tempo**: o trapiche da vila. Blog “Mosqueirando”. Ilha de Mosqueiro, Pará. Agosto de 2011. Disponível em: < <https://mosqueirando.blogspot.com/2011/08/imagem-e-o-tempo-o-trapiche-da-vila-2.html>>. Acesso: 11 Jul. 2024.